

## **Aula 14**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Eduardo Alberi**

01 de Julho de 2025

## Índice

1) Roteiro de Revisão - Crimes Hediondos - Lei 8.072/90 .....	3
2) Aposta Estratégica - Crimes Hediondos - Lei 8.072/90 .....	9
3) Questões Estratégicas - Lei 8072_1990 - Crimes Hediondos - AOCP + FCC+FGV .....	11
4) Questionário de Revisão - Crimes Hediondos - Lei 8.072/90 .....	22
5) Lista de Questões - Lei 8072_1990 - Crimes Hediondos - AOCP + FCC+FGV .....	26



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

### Lei n. 8.072/1990 – Crimes Hediondos

#### 1. Conceito e Natureza Jurídica

A **hediondez** de um crime não decorre de interpretação judicial, mas de **tipificação legal expressa**. Conforme o **art. 1º da Lei nº 8.072/1990**, são hediondos os crimes ali enumerados, bem como os **previstos em leis especiais** que os equiparam a hediondos.

Segundo a **Constituição Federal (art. 5º, XLIII)**, os crimes hediondos são **inafiançáveis e insuscetíveis de anistia, graça ou indulto**, devendo ter repressão **mais severa**. O rol da lei é **taxativo**, conforme entendimento do STF, ainda que o legislador possa ampliá-lo por novas leis.

#### 2. Crimes Hediondos Tipificados na Lei

O **art. 1º** elenca os crimes hediondos previstos na Lei n. 8.072/1990. Diante da importância, vamos reproduzir, abaixo, este artigo e depois vamos ver em formato esquemático na **Aposta Estratégica**:

*Art. 1º São considerados **hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:*

*I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por 1 (um) só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX);*

*I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)*

*I-B – feminicídio (art. 121-A);*

*II - roubo:*

*a) circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V);*



*b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B);*

*c) qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 157, § 3º);*

*III - extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte (art. 158, § 3º);*

*IV - extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º);*

*V - estupro (art. 213, **caput** e §§ 1º e 2º);*

*VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, **caput** e §§ 1º, 2º, 3º e 4º);*

*VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º).*

*VII-A – (VETADO)*

*VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, **caput** e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998).*

*VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, **caput**, e §§ 1º e 2º).*

*IX - furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A).*

*X - induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real (art. 122, **caput** e § 4º);*

*XI - sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 (dezoito) anos (art. 148, § 1º, inciso IV);*

*XII - tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente (art. 149-A, **caput**, incisos I a V, e § 1º, inciso II).*

*Parágrafo único. Consideram-se também **hediondos**, tentados ou consumados:*

*I - o crime de genocídio, previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956;*

*II - o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;*

*III - o crime de comércio ilegal de armas de fogo, previsto no art. 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;*

*IV - o crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, previsto no art. 18 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;*



*V - o crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado.*

*VI – os crimes previstos no Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), que apresentem identidade com os crimes previstos no art. 1º desta Lei.*

*VII - os crimes previstos no § 1º do art. 240 e no art. 241-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).*

Note que a Lei considera como hediondos não apenas os crimes consumados previstos no art. 1º, mas também as **tentativas**.



### 👉 Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte

A Lei dos Crimes Hediondos considera, no seu art. 1º, inc. III, hediondo o crime de:

***III - extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte (CP, art. 158, § 3º)***

Entretanto, atenção para o seguinte. Houve falha de redação no texto produzido pelo legislador com a alteração promovida pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), a qual possuía a intenção de considerar **crime hediondo apenas se a extorsão fosse qualificada pela restrição da liberdade da vítima (sequestro relâmpago)**, mas a extorsão, seja qualificada ou não por lesão corporal ou morte, não. Veja trecho de um artigo esclarecedor sobre o tema:

*“A questão que será debatida na doutrina e na jurisprudência a partir de agora será: o crime do art. 158, § 2º, do Código Penal é hediondo? A resposta a este questionamento nos parece ser negativa. O crime descrito no art. 158, § 2º, do Código Penal, em homenagem ao princípio da legalidade não pode ser considerado hediondo.*

*Com a alteração promovida pela Lei 13.964/19, em respeito ao princípio da legalidade, é forçoso concluir que o crime de extorsão qualificada pela lesão corporal grave ou morte deixou de ser*



*hediondo, tendo se operado verdadeira lex mitior por novatio legis in mellius, demandando, em razão disso, aplicação retroativa.”<sup>1</sup>*

Então, em resumo:

- **Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima** (“sequestro relâmpago” - CP, art. 158, §3º) é **crime hediondo**, independente se com ou sem resultado qualificador (lesão corporal grave ou morte);
- **Extorsão qualificada por lesão corporal ou morte** (CP, art. 158, §2º) **não** é crime hediondo.

### 3. Crimes Equiparados a Hediondos

Além dos previstos no art. 1º, outras leis equiparam delitos a hediondos:

- **Tortura** (Lei nº 9.455/1997)
- **Tráfico de drogas** (Lei nº 11.343/2006, art. 33, caput e §§)
- **Terrorismo** (Lei nº 13.260/2016)

Esses crimes recebem **tratamento penal e processual idêntico ao dos hediondos**, especialmente quanto a restrições de benefícios penais.

Além disso, o art. 2º da Lei n. 8.072/90 dispõe que os crimes **hediondos**, a **prática da tortura**, o **tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins** e o **terrorismo** são **insuscetíveis** de anistia, graça e indulto e, também, são inafiançáveis.

---

<sup>1</sup> <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-extensao-da-hediondez-no-crime-de-extorsao-apos-o-pacote-anticrime/855808968>





#### 4. Regime Inicial de Cumprimento da Pena e Progressão de Regime

De acordo com o art. 2º, §1º da Lei nº 8.072/1990, o **regime inicial fechado** era **obrigatório** para os condenados por crimes hediondos. No entanto, esse dispositivo foi declarado **inconstitucional** pelo STF no HC 111.840/ES, por ofensa ao **princípio da individualização da pena** (CF, art. 5º, XLVI).

Assim, **o juiz pode aplicar regime inicial diverso**, conforme os critérios do Código Penal (art. 33), analisando as circunstâncias judiciais da condenação.

O STF, inclusive, editou súmula vinculante a esse respeito:



#### ➡ Súmula Vinculante n. 26 – STF:

Para efeito de **progressão de regime** no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

#### 5. Liberdade Provisória e Prisão Temporária



Originalmente, a Lei vedava **liberdade provisória** nos crimes hediondos. No entanto, o STF declarou essa vedação **inconstitucional**. Assim, a **concessão ou manutenção da prisão cautelar** segue os requisitos do **art. 312 do CPP** (garantia da ordem pública, conveniência da instrução, etc.), mesmo nos crimes hediondos.

Ademais, nos crimes hediondos, o prazo para a **prisão temporária** é estendido para **30 dias**, e não 5 dias conforme previsto na Lei n. 7.960/1989 (Lei da Prisão Temporária), **prorrogável por mais 30 dias** em caso de extrema e comprovada necessidade.

*Art. 2º Os **crimes hediondos**, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:*

*I - anistia, graça e indulto;*

*II - fiança.*

*§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado.*

*§ 2º (Revogado pela Lei nº 13.964, de 2019)*

*§ 3º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.*

*§ 4º A **prisão temporária**, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o **prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período** em caso de extrema e comprovada necessidade.*





## APOSTA ESTRATÉGICA

*A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.*



O **rol (taxativo) dos crimes hediondos** previsto na **Lei n. 8.072/1990** costuma gerar dificuldades para ser memorizado, além de frequentemente ser cobrado em provas. Diante disso, veja a tabela esquematizada abaixo:

Crimes Hediondos (art. 1º)	Crimes Hediondos (art. 1º, parágrafo único)
Homicídio por grupo de extermínio ou qualificado (art. 121, §2º, I a V, VII a IX, CP)	Genocídio (Lei nº 2.889/1956)
Lesão corporal gravíssima ou com morte contra agentes do art. 144 da CF (art. 129, §§ 2º e 3º)	Posse ou porte ilegal de arma de uso proibido (art. 16 da Lei nº 10.826/2003)
Feminicídio (art. 121-A)	Comércio ilegal de armas de fogo (art. 17 da Lei nº 10.826/2003)
Roubo com restrição de liberdade, com arma de fogo ou com resultado grave/morte (art. 157, §§ 2º, 2º-A, 2º-B, 3º)	Tráfico internacional de armas (art. 18 da Lei nº 10.826/2003)

---

<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



Crimes Hediondos (art. 1º)	Crimes Hediondos (art. 1º, parágrafo único)
Extorsão qualificada (art. 158, §3º)	Organização criminosa voltada a crimes hediondos (Lei nº 12.850/2013)
Extorsão mediante sequestro (art. 159, caput e §§ 1º a 3º)	Crimes militares idênticos aos do art. 1º (Decreto-Lei nº 1.001/1969)
Estupro (art. 213, caput e §§ 1º e 2º)	Crimes do §1º do art. 240 e art. 241-B do ECA (Lei nº 8.069/1990)
Estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1º a 4º)	Transporte de numerário, bens ou valores
Epidemia com resultado morte (art. 267, §1º)	
Falsificação de produto terapêutico ou medicinal (art. 273, caput, §§ 1º a 1º-B)	
Exploração sexual de criança/adolescente/vulnerável (art. 218-B, caput, §§ 1º e 2º)	
Furto com uso de explosivo (art. 155, §4º-A)	
Instigação ao suicídio por redes sociais (art. 122, caput e §4º)	
Sequestro/cárcere contra menor de 18 anos (art. 148, §1º, IV)	
Tráfico de pessoas contra criança/adolescente (art. 149-A, caput, I a V e §1º, II)	



## QUESTÕES COMENTADAS



1) Prova: INSTITUTO AOCP - 2023 - MPE-RR - Promotor De Justiça Substituto

Assinale a alternativa que apresenta a hipótese em que todos os crimes são rotulados de hediondos ou equiparados.

- A) Homicídio privilegiado, latrocínio, estupro de vulnerável e tortura.
- B) Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável, e furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- C) Homicídio qualificado, latrocínio, terrorismo e redução à condição análoga de escravo.
- D) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, comércio ilegal de armas de fogo, tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição e extorsão em todas as suas modalidades.

Comentários:

- A) **Errada**. Homicídio privilegiado não entra como crime hediondo
- B) **Correta**. Conforme a literalidade do art. 1º, caput, III, VIII e IX
- C) **Errada**. O crime de redução a condição análoga de escravo não é hediondo



D) **Errada**. O crime de extorsão somente é considerado hediondo, sem mencionar a forma mediante sequestro, quando qualificado pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte.

**Gabarito: B**

2) Prova: INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8. A Lei nº 8.072/1990 dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. A respeito dos Crimes Hediondos, assinale a alternativa correta.

a) A pena imposta pelo cometimento de crime hediondo deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado ou semiaberto, mediante decisão fundamentada do Juiz.

b) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, tentado ou consumado, também é considerado crime hediondo, contudo o de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, não.

c) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e fiança, porém são suscetíveis de indulto.

d) A epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º, do Código Penal) é considerada crime hediondo.

e) Em caso de sentença condenatória de crime hediondo, o réu não poderá recorrer em liberdade.

### Comentários

A- Errada. A letra da lei diz que o regime inicial dos CH será o fechado, contudo o STF decidiu que a pena imposta pode ser iniciada do fechado, no semiaberto e aberto.

*Art 2º ... § 1 A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado."*

B - Errada. Atualmente temos a figura da posse ou porte de arma de fogo de uso PROIBIDO (não mais restrito).

C- Errada. Crimes hediondos na lei 8072/90 são insuscetíveis de fiança.



*"Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:*

*I - anistia, graça e indulto;*

*II - fiança."*

D – Certo. O Art. 1º da lei dos Crimes Hediondos trás o rol desses crimes, dos quais os mais difíceis de guardar são:

*"...VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1).*

*VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais"*

E – Errada. O réu pode sim recorrer em liberdade.

*"Art 1º - § 3 Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade."*

**Gabarito:** Letra D

**3) Prova: INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, assinale a alternativa correta.**

- a) É considerado crime hediondo o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, exceto se cometido por um só agente.
- b) Não é considerado hediondo o crime de epidemia com resultado morte.
- c) Não é considerado hediondo o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- d) É considerado hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- e) Não é considerado hediondo o crime de homicídio qualificado.

**Comentários**

A- Errada.



Art. 1 São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no , consumados ou tentados:

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de **grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente**, e **homicídio qualificado** (art. 121, § 2, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII);

B- Errado.

Art. 1 São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no , consumados ou tentados:

VII - **epidemia com resultado morte** (art. 267, § 1).

C- Errado (na época da aplicação).

Atualmente seria considerado certa, uma vez que é hediondo apenas as armas de uso PROIBIDO.

D- Certo.

Art. 1º. VIII - **favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente** ou de vulnerável (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º).

E- Errado.

Art. 1 São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no , consumados ou tentados:

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de **grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente**, e **homicídio qualificado** (art. 121, § 2, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII);

**Gabarito:** Letra D

4)Prova: INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES – Investigador. Nos termos do que dispõe a Lei nº 8.072/1990, o crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo é considerado hediondo.

Certo

Errado

**Comentários**



Na época da aplicação, a questão estava **errada**. Pois o roubo majorado pelo emprego de arma de fogo **NÃO** constava no rol dos crimes hediondos, só o latrocínio. Atualmente temos ele no rol:

*II - roubo:*

*a) circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V);*

*b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B);*

*c) qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 157, § 3º);*

### 5) Prova: FGV - 2024 - MPE-GO - Promotor de Justiça Substituto

Fábio, em dezembro de 2023, foi condenado, definitivamente, em diferentes persecuções penais processuais, pela prática dos seguintes delitos, praticados nos anos 2022 e 2023:

- i. homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade);
- ii. roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca;
- iii. comércio ilegal de arma de fogo;
- iv. organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciada pelo emprego de arma; e
- v. furto qualificado pelo emprego de explosivo.

Nesse contexto, o juízo competente, visando à aplicabilidade dos benefícios inerentes à execução penal, estuda as referidas condenações e as coteja com a Lei dos Crimes Hediondos.

Considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990, assinale a opção que indica os crimes hediondos que Fábio teria cometido.

A) Homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade); roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca; comércio ilegal de arma de fogo; e organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciada pelo emprego de arma.



B) Homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade); roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca; e organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciada pelo emprego de arma.

C) Comércio ilegal de arma de fogo; e furto qualificado pelo emprego de explosivo.

D) Comércio ilegal de arma de fogo; organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciado pelo emprego de arma; e furto qualificado pelo emprego de explosivo.

E) Homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade); organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciado pelo emprego de arma; e furto qualificado pelo emprego de explosivo.

### Comentários:

Dentre as afirmativas I a V, as que verdadeiramente falam dos crimes previstos na Lei de Crimes Hediondos são as afirmativas III e V.

A afirmativa I fala em homicídio *circunstanciado*, o que não é a mesma coisa que crime qualificado. Circunstanciado é a mesma coisa que falar *majorado*.

A afirmativa II fala em arma branca, sendo que a Lei nº 8.072/90, no art. 1º, II, "b", fala em arma de fogo e de uso restrito ou proibido.

A afirmativa IV fala em crime hediondo praticado por meio de organização criminosa, o que até então estaria correto, mas depois fala em crime de extorsão circunstanciada pelo emprego de arma de fogo, não existindo esta previsão para crime hediondo. Seria possível, no entanto, se falasse em crime de extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte ou mediante sequestro e nas suas formas qualificadas.

**Gabarito:** Letra C

## 6) Prova: FCC - 2023 - DPE-ES - Defensor Público

De acordo com a Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990), o crime de roubo será considerado hediondo se houver





- A) emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- B) concurso de duas ou mais pessoas.
- C) subtração de substâncias explosivas.
- D) restrição de liberdade da vítima.
- E) emprego de arma de fogo de uso proibido, excluídos os casos de uso restrito.

#### Comentários:

São as seguintes hipóteses legais que preveem as espécies de roubo como crimes hediondos:

- a) *circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima*
- b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito
- c) qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte

**Gabarito:** Letra D

7) AL-MT – Procurador – 2013 – FGV. Avalie os tipos de crimes listados a seguir.

I. Extorsão mediante sequestro;

II. Estupro;

III. Qualquer homicídio, simples ou qualificado, desde que doloso;

IV. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

De acordo com a Lei n. 8.072/90, são considerados crimes hediondos:

- a) I e II, somente.
- b) I e III, somente.



- c) I, II e IV, somente.
- d) I, III e IV, somente.
- e) II, III e IV, somente.

### Comentários

Entre todos os crimes indicados, somente o crime de **homicídio simples** não é classificado como hediondo.

**Item I:** extorsão mediante sequestro é hediondo (**art. 1º, IV** da lei nº 8.072/1990)

**Item II:** Estupro é hediondo (**art. 1º, V** da lei nº 8.072/1990)

**Item III:** homicídio **qualificado** é hediondo (**art. 1º, I** da lei nº 8.072/1990)

**Item IV:** Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais tem natureza hediondo. (**art. 1º, VII-B** da lei nº 8.072/1990)

**Gabarito:** Letra C

8) TRF 5ª Região – Analista Judiciário – 2012 – FCC. São crimes hediondos próprios, assim definidos pela Lei no 8.072/1990, dentre outros,

- a) estupro de vulnerável, epidemia com resultado morte e adulteração de produto destinado a fim terapêutico.
- b) extorsão mediante sequestro, desastre ferroviário e incêndio, desde que seguidos de morte.
- c) terrorismo, estupro, atentado violento ao pudor e racismo.
- d) homicídio, latrocínio, extorsão mediante sequestro e tráfico ilícito de drogas.
- e) atentado contra meio de transporte aéreo, concussão e homicídio qualificado.

### Comentários

A única alternativa que corresponde à nossa lista é a letra A, não é mesmo? Cuidado para não confundir os crimes hediondos com os equiparados!



**Gabarito:** Letra A

**9) DPE-RS - Analista Processual – 2017 – FCC. É correto afirmar que,**

- a) segundo entendimento hoje unânime nas duas turmas de competência criminal do Superior Tribunal de Justiça, o descumprimento de ordem judicial imposta sob o título de medida protetiva no âmbito da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) não implica a prática das condutas típicas de desobediência dispostas nos artigos 330 ou 359 do Código Penal.
- b) segundo entendimento hoje vigente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o tráfico de drogas cometido na vigência da Lei nº 8.072/1990, em qualquer de suas versões, é crime assemelhado a hediondo.
- c) para a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a consumação do roubo reclama a posse pacífica e indisputada da coisa pelo agente.
- d) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite a aplicação do chamado princípio da insignificância penal para o crime de descaminho.
- e) segundo a jurisprudência assentada no âmbito da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, não subsiste o crime de desacato tipificado no artigo 331 do Código Penal no ordenamento jurídico brasileiro, posto que incompatível com o direito de liberdade de expressão e crítica.

**Comentários**

A alternativa A está correta. Não há crime de desobediência quando a pessoa desatende a ordem e existe alguma lei prevendo uma sanção civil, administrativa ou processual penal para esse descumprimento, podendo haver também a sanção criminal. STJ. 5ª Turma. REsp 1.374.653-MG, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 11/3/2014 (Info 538). STJ. 6ª Turma. RHC 41.970-MG, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 7/8/2014 (Info 544).

A alternativa B está incorreta. O STF mudou seu posicionamento, e hoje o tráfico privilegiado (beneficiado pela minorante do §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006) não é mais considerado crime equiparado a hediondo.

A alternativa C está incorreta. C- Errada. Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível (dispensável) a posse mansa e pacífica ou desviada. Veja a seguinte decisão: STJ. 3ª Seção. REsp 1.499.050-RJ, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 14/10/2015 (Informativo STJ 572).



A jurisprudência atual admite a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho quando o valor dos tributos elididos não ultrapassar a quantia de R\$ 20.000,00.

A alternativa E está incorreta. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela continua a ser crime, previsto pelo art. 331 do Código Penal. (STJ. 3ª Seção. HC 379.269/MS, Rel. para acórdão Min. Antonio Saldanha Palheiro, julgado em 24/05/2017).

**Gabarito:** Letra A

**10) DPE-PR - Defensor Público – 2017 – FCC. Sobre os crimes em espécie, é correto afirmar:**

a) Segundo posição do Supremo Tribunal Federal, os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, mesmo que cometidos antes da edição da Lei nº 12.015/2009, são considerados hediondos, ainda que praticados na forma simples.

b) A escusa relativa prevista nas disposições gerais dos crimes contra o patrimônio extingue a punibilidade do sujeito ativo do crime.

c) A extorsão é crime formal e se consuma quando o sujeito ativo recebe a vantagem exigida.

d) A receptação na modalidade imprópria admite tentativa.

e) O art. 28 da Lei nº 10.826/2003 veda, em qualquer hipótese, ao menor de 25 anos, a aquisição de arma de fogo.

**Comentários**

A alternativa A está correta. Tanto o estupro quanto o atentado violento ao pudor já eram considerados crimes hediondos. A diferença é que, a partir da Lei n. 12.015/2009, os dois tipos penais foram reunidos em um só, sob o *nomen juris* de estupro.

A alternativa B está incorreta. As escusas absolutas extinguem a punibilidade (art. 181 do Código Penal). As escusas relativas apenas condicionam a ação penal (art. 182 do Código Penal).

A alternativa C está incorreta. A extorsão é crime formal, e por isso se consuma com o constrangimento da vítima. Não se exige, para fins de consumação, a obtenção da vantagem exigida, que é apenas a intenção do agente, e poderá ser considerada na dosimetria da pena.

A alternativa D está incorreta. Na modalidade impropria, a receptação não admite tentativa, já que se trata de crime formal, que se consuma quando o agente influencia o terceiro.

A alternativa E está incorreta. A vedação é a regra geral, mas há exceções, conforme redação do art. 28 do Estatuto do Desarmamento.



**Art. 28.** *É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II, III, V, VI, VII e X do caput do art. 6º desta Lei.*

**Gabarito:** Letra A



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?*

*Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

1. Quais crimes são considerados hediondos conforme o art. 1º da Lei nº 8.072/1990, com as atualizações mais recentes?
2. Quais são os crimes previstos em outras legislações que também são equiparados a hediondos pela Lei nº 8.072/1990?
3. A Lei dos Crimes Hediondos admite anistia, graça, indulto ou fiança? Justifique com base na legislação.
4. Qual o regime inicial de cumprimento de pena para condenados por crimes hediondos?



5. A quem compete manter estabelecimentos penais de segurança máxima para condenados por crimes hediondos?
6. Em que circunstâncias pode ser prorrogada a prisão temporária de indivíduos acusados de crimes hediondos?
7. O juiz pode autorizar o réu a recorrer em liberdade em casos de condenação por crime hediondo?
8. O que caracteriza o feminicídio como crime hediondo?
9. Qual a relação entre o crime de organização criminosa e os crimes hediondos, conforme a Lei nº 8.072/1990?
10. O furto qualificado pode ser considerado hediondo? Em que circunstância?

## Perguntas com respostas

1. Quais crimes são considerados hediondos conforme o art. 1º da Lei nº 8.072/1990, com as atualizações mais recentes?

São considerados hediondos, dentre outros, o homicídio qualificado e o praticado em atividade de grupo de extermínio; feminicídio; lesão corporal gravíssima e lesão seguida de morte contra agentes públicos; estupro; estupro de vulnerável; extorsão qualificada; extorsão mediante sequestro; roubo qualificado com uso de arma de fogo, lesão ou morte; epidemia com resultado morte; e tráfico de pessoas contra crianças ou adolescentes. O rol ainda inclui crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente, como o art. 241-B, e outros previstos no Código Penal Militar com identidade com os previstos no art. 1º.

2. Quais são os crimes previstos em outras legislações que também são equiparados a hediondos pela Lei nº 8.072/1990?

De acordo com o parágrafo único do art. 1º, também são considerados hediondos: genocídio (Lei nº 2.889/1956); posse ou porte ilegal de arma de uso proibido; comércio ilegal de armas; tráfico internacional de armas, acessórios ou munições (Lei nº 10.826/2003); crime de organização criminosa voltado à prática de crime hediondo; crimes do Código Penal Militar com identidade com os previstos na Lei; e crimes sexuais contra crianças e adolescentes nos termos do ECA.

3. A Lei dos Crimes Hediondos admite anistia, graça, indulto ou fiança? Justifique com base na legislação.



Não. O art. 2º da Lei nº 8.072/1990 estabelece que os crimes hediondos, bem como a tortura, o tráfico de drogas e o terrorismo, são insuscetíveis de anistia, graça e indulto, bem como de fiança. Trata-se de uma vedação legal expressa, tendo em vista a gravidade desses crimes.

#### **4. Qual o regime inicial de cumprimento de pena para condenados por crimes hediondos?**

Apesar de o §1º do art. 2º da Lei nº 8.072/1990 prever que o cumprimento da pena, para crimes hediondos, se dará inicialmente em regime fechado, O STF declarou este dispositivo como inconstitucional, com base apenas na hediondez do crime. Assim, o juiz deve avaliar cada caso especificamente, seguindo os parâmetros estabelecidos pelo artigo 33 e parágrafos do Código Penal.

#### **5. A quem compete manter estabelecimentos penais de segurança máxima para condenados por crimes hediondos?**

De acordo com o art. 3º da Lei, compete à União manter estabelecimentos penais de segurança máxima destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou a incolumidade pública.

#### **6. Em que circunstâncias pode ser prorrogada a prisão temporária de indivíduos acusados de crimes hediondos?**

Nos termos do §4º do art. 2º da Lei nº 8.072/1990, a prisão temporária poderá ser prorrogada por igual período (30 dias), caso haja extrema e comprovada necessidade.

#### **7. O juiz pode autorizar o réu a recorrer em liberdade em casos de condenação por crime hediondo?**

Sim. Conforme o §3º do art. 2º da Lei nº 8.072/1990, cabe ao juiz, em sentença condenatória, decidir fundamentadamente se o réu poderá ou não apelar em liberdade.

#### **8. O que caracteriza o feminicídio como crime hediondo?**

O feminicídio, tipificado no art. 121-A do Código Penal, é considerado crime hediondo nos termos do inciso I-B do art. 1º da Lei nº 8.072/1990. Ele se caracteriza pela prática do homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, especialmente no contexto de violência doméstica e familiar ou menosprezo/discriminação à condição de mulher.

#### **9. Qual a relação entre o crime de organização criminosa e os crimes hediondos, conforme a Lei nº 8.072/1990?**





O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072/1990 inclui como hediondo o crime de organização criminosa quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado. Ou seja, a finalidade específica da organização criminosa é o que a enquadra nessa categoria.

#### 10. O furto qualificado pode ser considerado hediondo? Em que circunstância?

Sim. O furto qualificado é considerado hediondo quando cometido com emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum, nos termos do art. 155, § 4º-A do Código Penal, conforme inciso IX do art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos.

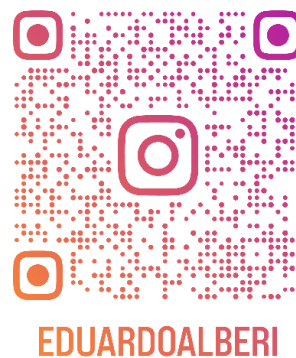
...

Ficamos por aqui!

Grande abraço e bons estudos!

**Prof. Eduardo Alberi**

Me siga no Instagram  @eduardoalberi



## LISTA DE QUESTÕES COMENTADAS



### 1) Prova: INSTITUTO AOCP - 2023 - MPE-RR - Promotor De Justiça Substituto

Assinale a alternativa que apresenta a hipótese em que todos os crimes são rotulados de hediondos ou equiparados.

- A) Homicídio privilegiado, latrocínio, estupro de vulnerável e tortura.
- B) Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável, e furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- C) Homicídio qualificado, latrocínio, terrorismo e redução à condição análoga de escravo.
- D) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, comércio ilegal de armas de fogo, tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição e extorsão em todas as suas modalidades.

### 2) Prova: INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8. A Lei nº 8.072/1990 dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. A respeito dos Crimes Hediondos, assinale a alternativa correta.

- a) A pena imposta pelo cometimento de crime hediondo deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado ou semiaberto, mediante decisão fundamentada do Juiz.



- b) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, tentado ou consumado, também é considerado crime hediondo, contudo o de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, não.
- c) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e fiança, porém são suscetíveis de indulto.
- d) A epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º, do Código Penal) é considerada crime hediondo.
- e) Em caso de sentença condenatória de crime hediondo, o réu não poderá recorrer em liberdade.

**3) Prova: INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, assinale a alternativa correta.**

- a) É considerado crime hediondo o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, exceto se cometido por um só agente.
- b) Não é considerado hediondo o crime de epidemia com resultado morte.
- c) Não é considerado hediondo o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- d) É considerado hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- e) Não é considerado hediondo o crime de homicídio qualificado.

**4) Prova: INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES – Investigador. Nos termos do que dispõe a Lei nº 8.072/1990, o crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo é considerado hediondo.**

Certo

Errado

**5) Prova: FGV - 2024 - MPE-GO - Promotor de Justiça Substituto**



Fábio, em dezembro de 2023, foi condenado, definitivamente, em diferentes persecuções penais processuais, pela prática dos seguintes delitos, praticados nos anos 2022 e 2023:

- i. homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade);
- ii. roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca;
- iii. comércio ilegal de arma de fogo;
- iv. organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciada pelo emprego de arma; e
- v. furto qualificado pelo emprego de explosivo.

Nesse contexto, o juízo competente, visando à aplicabilidade dos benefícios inerentes à execução penal, estuda as referidas condenações e as coteja com a Lei dos Crimes Hediondos.

Considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990, assinale a opção que indica os crimes hediondos que Fábio teria cometido.

A) Homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade); roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca; comércio ilegal de arma de fogo; e organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciado pelo emprego de arma.

B) Homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade); roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca; e organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciada pelo emprego de arma.

C) Comércio ilegal de arma de fogo; e furto qualificado pelo emprego de explosivo.

D) Comércio ilegal de arma de fogo; organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciado pelo emprego de arma; e furto qualificado pelo emprego de explosivo.

E) Homicídio doloso, circunstanciado pela idade da vítima (menor de 14 anos de idade); organização criminosa, direcionada à prática do crime de extorsão circunstanciado pelo emprego de arma; e furto qualificado pelo emprego de explosivo.



## 6) Prova: FCC - 2023 - DPE-ES - Defensor Público

De acordo com a Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990), o crime de roubo será considerado hediondo se houver

- A) emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- B) concurso de duas ou mais pessoas.
- C) subtração de substâncias explosivas.
- D) restrição de liberdade da vítima.
- E) emprego de arma de fogo de uso proibido, excluídos os casos de uso restrito.

## 7) AL-MT – Procurador – 2013 – FGV. Avalie os tipos de crimes listados a seguir.

I. Extorsão mediante sequestro;

II. Estupro;

III. Qualquer homicídio, simples ou qualificado, desde que doloso;

IV. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

De acordo com a Lei n. 8.072/90, são considerados crimes hediondos:

- a) I e II, somente.
- b) I e III, somente.
- c) I, II e IV, somente.
- d) I, III e IV, somente.
- e) II, III e IV, somente.



8) TRF 5ª Região – Analista Judiciário – 2012 – FCC. São crimes hediondos próprios, assim definidos pela Lei no 8.072/1990, dentre outros,

- a) estupro de vulnerável, epidemia com resultado morte e adulteração de produto destinado a fim terapêutico.
- b) extorsão mediante sequestro, desastre ferroviário e incêndio, desde que seguidos de morte.
- c) terrorismo, estupro, atentado violento ao pudor e racismo.
- d) homicídio, latrocínio, extorsão mediante sequestro e tráfico ilícito de drogas.
- e) atentado contra meio de transporte aéreo, concussão e homicídio qualificado.

9) DPE-RS - Analista Processual – 2017 – FCC. É correto afirmar que,

- a) segundo entendimento hoje unânime nas duas turmas de competência criminal do Superior Tribunal de Justiça, o descumprimento de ordem judicial imposta sob o título de medida protetiva no âmbito da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) não implica a prática das condutas típicas de desobediência dispostas nos artigos 330 ou 359 do Código Penal.
- b) segundo entendimento hoje vigente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o tráfico de drogas cometido na vigência da Lei nº 8.072/1990, em qualquer de suas versões, é crime assemelhado a hediondo.
- c) para a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a consumação do roubo reclama a posse pacífica e indisputada da coisa pelo agente.
- d) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite a aplicação do chamado princípio da insignificância penal para o crime de descaminho.
- e) segundo a jurisprudência assentada no âmbito da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, não subsiste o crime de desacato tipificado no artigo 331 do Código Penal no ordenamento jurídico brasileiro, posto que incompatível com o direito de liberdade de expressão e crítica.

10) DPE-PR - Defensor Público – 2017 – FCC. Sobre os crimes em espécie, é correto afirmar:



- a) Segundo posição do Supremo Tribunal Federal, os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, mesmo que cometidos antes da edição da Lei nº 12.015/2009, são considerados hediondos, ainda que praticados na forma simples.
- b) A escusa relativa prevista nas disposições gerais dos crimes contra o patrimônio extingue a punibilidade do sujeito ativo do crime.
- c) A extorsão é crime formal e se consuma quando o sujeito ativo recebe a vantagem exigida.
- d) A receptação na modalidade imprópria admite tentativa.
- e) O art. 28 da Lei nº 10.826/2003 veda, em qualquer hipótese, ao menor de 25 anos, a aquisição de arma de fogo.

## GABARITO



1. B	2. D	3. D	4. Errado	5. C
6. D	7. C	8. A	9. A	10. A





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.